

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1744473 - CE (2018/0129551-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ

PROCURADOR : RIZOMAR NUNES PEREIRA - CE020975

AGRAVADO : AGOSTINHO TAVARES DE SOUZA NETO

AGRAVADO : ANTONIO LUCIO CORDEIRO DE CASTRO

AGRAVADO : ERIVELTON TAVARES DA SILVA

AGRAVADO : LEANDRO MARTINS DE FRANCA VIDAL

AGRAVADO : JOSÉ NILSON FERREIRA AGOSTINHO

AGRAVADO : MARCOS AURELIO DE HOLANDA PEREIRA

ADVOGADOS : INOCÊNCIO RODRIGUES UCHÔA - CE003274

ANTÔNIO EMERSON SATIRO BEZERRA - CE018236

CAIO SANTANA MASCARENHAS GOMES -

CE017000

FRANCISCO SCIPÃO DA COSTA - CE023945

ANTONIO JOSE DE SOUSA GOMES - CE023968

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SOBRESTAMENTO DA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. RECURSO QUE SE FUNDA TÃO SOMENTE NESSA ALEGAÇÃO. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO CEARÁ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A leitura atenta das razões invocadas no Recurso Especial e do quanto alegado por ocasião da interposição dos Embargos de Declaração revela que a pretensão da parte recorrente não se alinha à função dos Aclaratórios, uma vez que a Corte de origem se manifestou negando o pedido de tutela antecipada para a suspensão dos efeitos do acórdão rescindendo com o consequente sobrestamento da expedição do precatório.

2. Dessa forma, não se verifica a apontada contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, tendo em vista que a lide foi solvida nos limites necessários, com a devida fundamentação e coerência, ainda que sob ótica diversa da almejada pela parte agravante.

3. Agravo Interno do ESTADO DO CEARÁ a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

